

Patrimônio arquitetônico Igreja e Residência dos Reis Magos

Henrique Sepulchro Furtado (Mestrando em Ensino de Humanidades/IFES)

Resumo

A presença jesuítica, ao longo de mais de dois séculos no Espírito Santo, produziu bens culturais materiais que nos ajudam a refletir sobre esse período. Este trabalho possui intenção de construir uma caracterização histórica do Conjunto Arquitetônico Jesuítico Igreja e Residência dos Reis Magos. Para tanto, se faz necessário compreender o desenvolvimento dos assentamentos da Companhia de Jesus em solo capixaba, tendo como fio condutor o legado da sua cultura material a partir de um modelo arqueológico de investigação e interpretação proposto por Rosana Najjar (2011), no qual há uma divisão em quatro momentos, caracterizando os princípios essenciais da ocupação, via assentamentos, por parte dos religiosos portugueses na Costa Brasileira.

Palavras-chaves: Espírito Santo; Igreja dos Reis Magos; assentamentos jesuíticos.

Abstract

The Jesuit presence, over more than two centuries in the Espírito Santo, produced material cultural heritage that help us reflect about this period. This work intends to build a historical characterization of the Jesuit Architectural Ensemble Igreja e Residência dos Reis Magos. Therefore, it is necessary to understand the development of the settlements of the Company of Jesus in the territory of Espírito Santo, having as a guiding thread the legacy of its material culture from an archaeological model of investigation and interpretation proposed by Rosana Najjar (2011), in which there is a division into four moments, characterizing the essential principles of occupation, by settlements, on the part of the portuguese religious in the Brazilian Coast.

Key-words: Espírito Santo - state; Reis Magos church; Jesuits; Settlements.

A Ocupação do Litoral Brasileiro e a Capitania do Espírito Santo

O Império Português, encarnado na figura do monarca D. João III, vivenciava no raiar do século XVI transformações no cenário internacional, fruto do surgimento de novos impérios, necessitando, assim, de um novo posicionamento frente os relacionamentos externos. Tais reconfigurações foram motivos suficientes para chamar a atenção portuguesa para a necessidade de proteção e respectiva ocupação de sua colônia na América do Sul.

Ao analisar a teia de relações de poder que conduziram o olhar de Portugal para o Brasil, Maria da Cunha (2015) compreende essa mudança devido às seguintes linhas de força e tensão:

[...] São elas essencialmente: a) a desaceleração dos proventos do comércio com o oriente; b) a pressão da jihad otomana sobre as cidades ocupadas por Portugal na fachada atlântica magrebina e sem apoios no interior; c) os gastos com o apoio português às expedições de Carlos V contra as posições otomanas no Maghreb mediterrâneo, parte do estratagema tendente a afastar a Espanha do litoral ocidental africano; d) aumento do passivo do Estado; e) diminuição das remessas de prata, essencial ao comércio asiático; f) quebra no afluxo do ouro da Mina; g) incremento do curso francês em ambos os lados do Atlântico, regiões estratégicas para a política joanina que não estava disposta a deixar impune o que considerava ingerências estrangeiras em áreas vitais ao sustentáculo do império [...] (CUNHA, 2015, p. 47).

A utilização do sistema de capitanias não era algo novo no mundo português, em virtude da existência da colonização dos arquipélagos atlânticos (Cabo Verde, Madeira), com participação da iniciativa privada, demonstrando resultados frutíferos no processo de ocupação dessas terras.

O sistema de colonização, utilizado pelo Império português na colônia brasileira durante a primeira metade do século XVI, é conhecido como capitanias hereditárias, fruto da experiência na ocupação dos referidos arquipélagos. Essa implantação ocorreu através do português Afonso de Souza, atendendo às demandas de seu monarca para desenvolvimento da colônia e sua respectiva proteção:

Sob a pressão da presença constante de embarcações francesas no litoral para escambo do pau-brasil e tentativas de estabelecimento de feitorias em concorrência com os portugueses a que se somavam os

reveses econômicos na política asiática e africanista, D. João III informava a Martim Afonso de Sousa, em missão nas terras do Brasil, da urgência que tivera em deliberar sobre a divisão do litoral brasileiro em parcelas de cinquenta léguas de costa cada (CUNHA, 2015 p. 2).

Diante deste fato, como fruto dos interesses de D. João III, a Costa Brasileira foi dividida no número de quinze capitanias no ano de 1534, doadas para doze donatários, com o intuito de que eles pudessem fomentar a exploração e colonização, propiciando, desse modo, a defesa do território sem causar grande ônus aos cofres da coroa portuguesa.

Uma dessas porções de terra¹, ainda sem nome e com poucas características geográficas, foi doada ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho por D. João III por foral na data de 7 de outubro de 1534:

[...] A quantos esta minha Carta virem faço saber, que eu fiz ora doação, e mercê a Vasco Fernandes Coutinho Fidalgo de Minha Casa da Capitania de cinquenta léguas de terra na minha Costa do Brasil para ele, e todos seus filhos, netos, herdeiros, e sucessores de juro, e de herdade para sempre [...] (DOCUMENTOS, 1937, p. 277-284).

Vasco Fernandes Coutinho era fidalgo da Casa Real com experiência de carreira militar no processo de imposição da presença portuguesa frente o controle dos mulçumanos nos grandes centros de comércio da costa asiática, onde eram encontrados produtos orientais como as especiarias (CUNHA, 2015), muito apreciados no mundo europeu.

Encontramos na figura de Coutinho um indivíduo de qualidades necessárias para o empreendimento de colonização e administração de uma capitania, visto sua vivência na carreira militar e por ter navegado boa parte do globo terrestre no processo de afirmação das redes de comércio do Império Português.

Após vender suas posses em Portugal, lançou-se ao mar em busca de produzir riquezas no Brasil, pois, não sendo o filho primogênito, herdaria apenas uma ínfima parcela da herança deixada pelo pai. Por consequência, no dia 23 de maio de 1535, dia de pentecoste no calendário católico, aportou no litoral capixaba o primeiro

¹ As dimensões e limites da capitania do Espírito Santo são compreendidas por: cinquenta léguas a partir da fronteira da Capitania de Pedro do Campo Tourinho, para o sul. Dez léguas para o mar e cinquenta léguas para o interior.

donatário da capitania do Espírito Santo (OLIVEIRA, 2008), acompanhado de aproximadamente mais 60 pessoas.

Os primeiros portugueses que chegaram às terras capixabas escolheram como núcleo urbanístico a região de enseada próximo à entrada da barra, hoje então chamada de Prainha. Todavia, a sede da capitania foi transferida para a Ilha de Santo Antônio no ano de 1551, antiga sesmaria doada a Duarte Lemos, devido à resistência dos gentios à presença dos portugueses, dando origem, assim, à Vila de Nossa Senhora da Vitória.

É relevante comentarmos sobre as narrativas que tendem a tratar o primeiro donatário como uma figura caricata, incapaz de gerir sua própria capitania, pois se apoiam nos registros de época, os quais tratam das demasiadas ausências de Coutinho. Como contraponto, destacamos o trabalho de reflexão sobre o tema feito por Gabriel Ghidetti (2017), cujo estudo aponta a capacidade comprovada do antigo negociante lusitano, perceptível ao esforçar-se em campanhas para criar conexões com a rede de comércio ultramarino, na tentativa de produzir desenvolvimento para sua terra.

Os Jesuítas no Espírito Santo

A presença dos inicianos na Capitania do Espírito Santo, de forma definitiva, ocorreu somente em 1551, mesmo ano da transferência da sede da capitania para local que fornecesse melhor condições para a segurança dos colonos. Entretanto, antes dessa data, o primeiro jesuíta a passar por essa capitania foi o padre Leonardo Nunes no ano de 1549, quando num período de um mês realizou pregações na Igreja do Rosário:

Tornando a embarcar, fomos dar em o porto do Espirito Santo, [...] e des-embarcando, nos veiu a receber alguma gente da terra, com a qual vinha o Vigário desta capitancias, por m'õ rogar muito e também por não haver hospital na terra, fui pousar com elle. Ao domingo seguinte preguei, de que foram todos mui consolados, porque nunca tal cousa ali tiveram. Nesta capitania a mór parte da gente estava em peccado, e quiz Nosso Senhor que com minha chegada se

começassem a mover de maneira que em pouco tempo obrou o Senhor muito em muitas alma [...] (ACADEMIA, 1931, p.89).

A fixação da Companhia de Jesus na Capitania do Espírito Santo somente se deu no ano de 1551, com a chegada do padre Afonso Brás, líder da segunda expedição ao Brasil. Em carta, ao detalhar os trabalhos e potencialidades da terra, Brás nos oferece, também, relato sobre a recepção dos moradores do Espírito Santo com a chegada dos jesuítas: “[...] Quando chegamos receberam-nos os moradores com grande prazer e alegria” (HUE, 2006, p. 57-64).

A principal empreitada dos inacianos foi a construção de uma casa e uma ermida para Companhia nessa localidade, para, assim, ser possível iniciar os trabalhos de catequização e conversão dos indígenas. Desse modo, nasce a Igreja de São Tiago e o Colégio de formação de padres, com o empenho desses padres e a participação dos colonos e índios.

Bury (2006), ao descrever a realidade encontrada pelos padres jesuítas ao chegarem ao Brasil quinhentista, comenta que a população indígena no domínio português era numerosa, dispersa e nômade. Sendo esse um problema para o início dos trabalhos de conversão, a solução encontrada pelos jesuítas, foi o assentamento dos indivíduos em comunidades de pequeno porte, conhecidas como aldeias. Esse momento em solo capixaba ocorreu somente depois do processo de fixação na Vila de Vitória.

O sistema de aldeamento utilizado pelos jesuítas foi uma medida adotada visando, também, à preservação da conversão do indígena, conforme próprias recomendações de D. João III, no qual os índios já convertidos deveriam ser afastados do convívio daqueles que ainda não aceitaram a conversão (CARVALHO, 1982). Não somente os não convertidos apresentam riscos para o projeto de catequização e doutrinação, mas o próprio homem branco, como nos relata o padre Afonso Brás sobre certos indivíduos que

[...] permaneciam muito em seus vícios e maus costumes, e eram os piores de arrancar de seus pecados. Já agora, por graça do Senhor, estão mui emendados, e tenho tomado muitos baralhos e dados. Do que murmuram e falam os que ainda estão obstinados, mas eu, vendo

o proveito que daí se sucede, não descanso de persegui-los (HUE, 2006, p. 57-64).

Ciente dessa distância que o indivíduo recém convertido deveria ter, os jesuítas buscaram fundar suas aldeias distantes desses maus exemplos para constituição da moral do índio. Logo, entendemos a escolha do local para fundação do aldeamento dos Reis Magos, conforme vemos no mapa do século XVII abaixo:

Figura 1- Demonstração do Morro de João Moreno ao Cabo de S. Thome (1666)



Fonte: spiritosancto.org, 2018.

A Aldeia dos Reis Magos, ao norte da capitania do Espírito Santo, teve sua fundação na segunda metade do século XVI. O local para o assentamento é semelhante às demais residências do estado: em local elevado, com visão para o mar e próximo a foz de um rio. Os jesuítas, aqui, optaram por manter uma distância considerável entre suas aldeias e o núcleo colonizador português, como uma forma de evitar possíveis conflitos (CARVALHO, 1982).

O monumento arquitetônico Igreja e Residência dos Reis Magos, mesmo em nossos dias, é o que menos sofreu alterações estruturais e estéticas após a expulsão dos inicianos do domínio português, apresentando as características do programa

construtivo apresentando por Lucio Costa (1941, p.130): “[...] para o culto, a igreja com o coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para residência, os ‘cubículos’, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da ‘cerca’, com horta e pomar.”

O Modelo de Ocupação Jesuítico em Quatro Momentos: O Aldeamento dos Reis Magos

O modelo utilizado para dar conta de explicar o projeto de catequese da Companhia de Jesus no Aldeamento dos Reis Magos tenta trazer as características fundamentais dos assentamentos no litoral brasileiro, dividindo-se em quatro momentos distintos de ocupação do espaço. Tomamos emprestada a ferramenta de auxílio para nossa compreensão o da arqueóloga Rosa Najjar (2011), que, ao propô-la, defende uma visão arqueológica não fragmentada das relações cuja materialidade simbólica pode despertar. Para tanto, se faz necessário uma abordagem interdisciplinar com nosso objeto de pesquisa, buscando entender como as transformações materiais eram reflexos sociais, políticos e econômicos.

O “primeiro momento” se caracteriza pelo contato inicial com o espaço e sua apropriação para transformação e resignificação, onde se iniciam os estabelecimentos dos assentamentos jesuíticos no litoral brasileiro, ganhando forma o projeto de ocupação adotado pela Coroa portuguesa (NAJJAR, 2011 p. 75). É observável o movimento para edificação da casa comunal (Figura 2), local cuja função era múltipla, demonstrando, em si, o interesse de fixação na aldeia, que a princípio recebia apenas visitas sazonais.

Localizamos este passo no esforço de edificação da aldeia dos Reis Magos. Entretanto, dentro da historiografia colonial capixaba não há um consenso sobre quando ocorreu sua fundação. Em face das inconsistências sobre esse primeiro momento, nos atentamos ao trabalho minucioso de leitura e reflexão sobre as fontes históricas e produções historiográfica conduzido por José Antônio de Carvalho (1982), que nos leva a localizar a fundação do Aldeamento na segunda porção do século XVI, mas sem uma data cabal.

Figura 2 - Casa comunal de diversas funções



Fonte: NAJJAR, 2011.

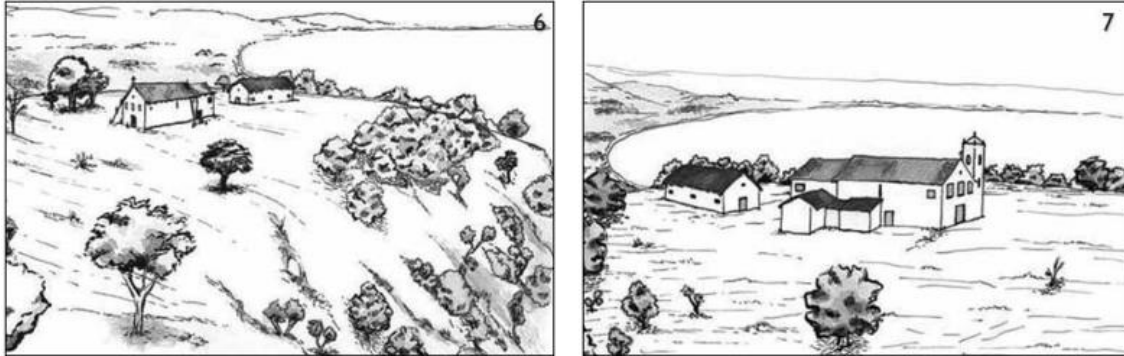
Os motivos apontados pelo arquiteto (CARVALHO, 1982) para localização temporal nesse período estão relacionados ao processo de redução do número das aldeias por determinações no ano de 1568 vindas da Bahia, que ao norte seriam ao número de quatro, conforme nos é apontado por Serafim Leite, apoiando-se em relato do padre José de Anchieta em 1585. O aglutinamento das aldeias se deu pela dificuldade de atendimento devido ao número reduzido de padres.

Localizamos, nesse primeiro momento, um movimento de desbravamento da terra e apropriação da língua local, cujas consequências e perigos eram reais. Dessa forma, os trabalhos iniciais foram missões de visitas, comprovado pelo grande número de aldeamentos iniciais. Todavia, a partir do ganho de experiência e domínio da língua e da geografia local, potencializado pelo número reduzido de inicianos, ocorreu a preferência para fixação das missões confirmado pela presença da casa comunal, em nosso caso: “As pesquisas arqueológicas comprovaram a existência física da primeira casa dos jesuítas na igreja dos Reis Magos [...]” (NAJJAR, 2011)

O “segundo momento” corresponde ao processo de abandono da casa comunal, possibilitado pelo término da construção da Igreja, sacristia e a cerca (Figura 3) que delimitam nesse momento o mundo jesuítico (NAJJAR, 2011 p. 76). A transferência para a Igreja, segundo Najjar (2011), somente é possível pela presença

de um segundo cômodo dentro da sacristia na construção original, um local destinado para o devido descanso para os padres.

Figura 3 - Construção da edificação definitiva em pedra e cal. Presença da Igreja, sacristia na lateral e da cerca



Fonte: NAJJAR, 2011.

Ao pensarmos os materiais construtivos empregados na estruturação da casa comunal, anteriormente descrita, encontraremos materiais rústicos e de menos durabilidade, normalmente empregados na técnica de taipa de mão. Observamos, no segundo momento, a clara substituição desses materiais onde a pedra e o cal foi tomando o lugar do barro e da madeira, evidenciando, dessa forma, intenções cabais de permanência e ampliação nos planos ampliar o número de assentamentos, bem como o diálogo com as proposições de Manuel de Nóbrega, chefe da primeira missão jesuíta, em carta de 1552 para Portugal:

E por este nos parecer meio tao necessário hà conversão do gentio, trabalhamos por da principio a cassas que fique, pera emquanto o mundo durar, vendo que na India isso mesmo se pretende em outras partes, muio collegios em que se criem soldados pera Christo (LEITE, 1955, p. 139)

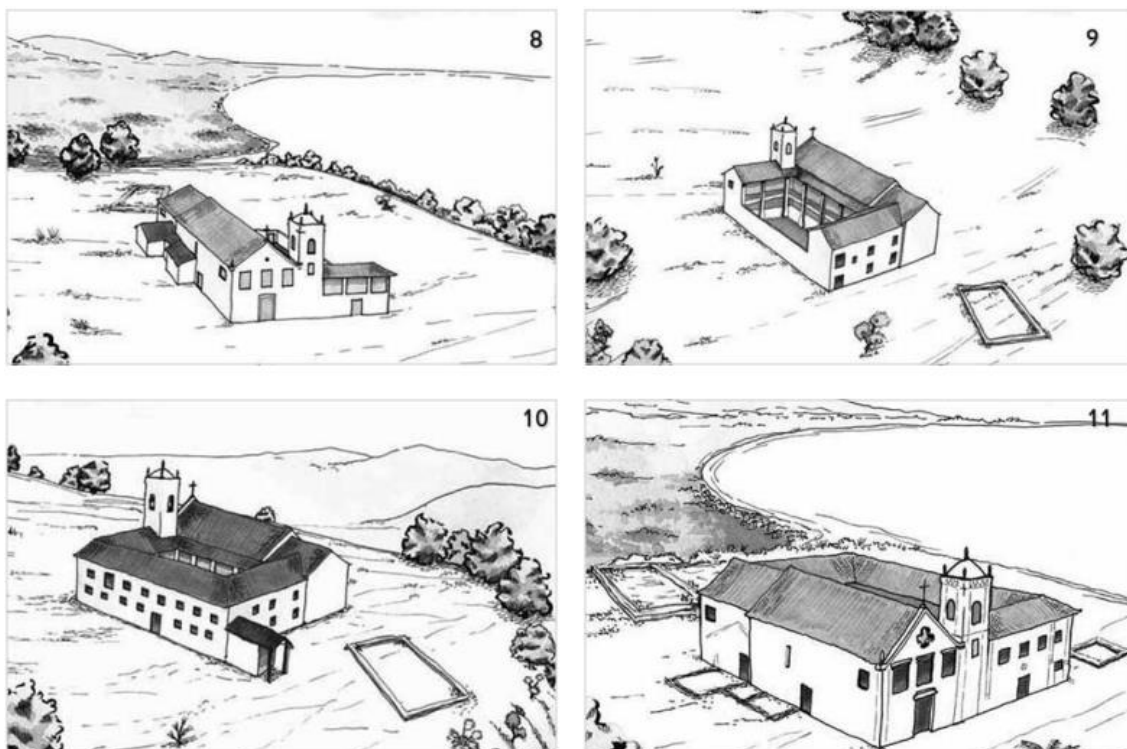
Em trabalho de pesquisa sobre o uso da cal conchífera como elemento integrante das argamassas utilizadas pelos jesuítas em terras capixabas, Nogueira e Avancini (2007) constatam a durabilidade das edificações que sobreviveram até nossos dias, acreditando também ser esse material de uso das camadas mais abastadas no período colonial. Posto isso, o plano construtivo empregado no Espírito Santo estava em harmonia com as palavras assinaladas por Nóbrega nos primeiros

anos dos jesuítas no Brasil, pois projetava as obras da Companhia para além do tempo.

Compreende-se desse momento, uma maior organização da obra jesuítica no Brasil, onde as missões já fixadas ganham evidências de uma permanência da Ordem em solo brasileiro, possibilitando a expansão do trabalho de evangelização e catequização com a abertura para novas levas de religiosos, visto as melhores condições estruturais (NAJJAR, 2011).

O “terceiro momento”, por sua vez, é o mais extenso temporalmente, pois alonga-se até a expulsão dos jesuítas do Brasil, ocorrida no ano de 1760, definida por lei de 3 de setembro de 1759. A principal marca desse período é o processo de edificação das três demais alas, que, com sua finalização, definem o aspecto de construção em formato de quadra do patrimônio (NAJJAR, 2011 p. 77) (Figura 4).

Figura 4 - Processo de edificação das três alas restantes.



Fonte: NAJJAR, 2011.

Cabe aqui refletirmos sobre essa etapa, a mais longa, que dota a “presença dos jesuítas seja não só definitiva como efetiva, ocorrendo o aumento do número de

religiosos” (NAJJAR, 2011 p.78). A viabilidade da expansão do número de jesuítas e do projeto de catequese, só é possível com o crescimento econômico da Companhia. Najjar (2011) aponta a existência de uma complexa estrutura destinada para administração econômica em cada aldeia, cuja manutenção era provida com as fazendas, plantações e rebanhos presentes no Espírito Santo.

Diante disso, o desenvolvimento econômico se fazia necessário para o florescimento do trabalho de evangelização, pois “para manter as obras espirituais, em especial os colégios, era necessário administrar bens materiais” (SAVIANI, 2013 p. 68). A partir dessa interdependência, entre o âmbito econômico e o religioso, é compreensível entender o desenvolvimento dos edifícios jesuítas nesse terceiro momento, além do crescente acúmulo patrimonial em terras portuguesas.

Uma possibilidade para compreendermos o sucesso no desenvolvimento da obra jesuíta é o posicionamento adotado pela Coroa portuguesa em 1564, na qual se destinava dez por cento do valor dos impostos arrecadados em toda a colônia brasileira (SAVIANI, 2013). Aliada às condições de financiamento da obra de evangelização estava a ausência de tarifas sobre os produtos comercializados pelos jesuítas, cultivados em suas fazendas, engenhos e outros empreendimentos por mão de obra de índios provenientes dos seus próprios aldeamentos, logo, sem gerar custos sobre ela.

Tal configuração foi determinante para o terceiro momento, pois a concretização do projeto de construção em formato de quadra, somente foi possível pelo sucesso econômico da Companhia ao ter um quadro de benefícios econômicos oferecidos pela Coroa portuguesa. Este fato está diretamente ligado à constelação de condições que culminaram para expulsão dos jesuítas de Portugal e suas respectivas colônias.

O “quarto momento” é destinado para cobrir temporalmente o monumento após a expulsão dos jesuítas em 1759, seguida da apropriação do espaço pelo governo português (NAJJAR, 2011 p. 79). Esse período histórico abrange até os dias presentes, o qual, com a vacância da presença da Companhia em seus edifícios,

possibilita novas significações a partir dos usos que estes recebem, como foi o caso do edifício de Reis Magos.

A principal marca desse último momento aponta para as transformações que os edifícios sofreram para se adequarem aos novos usos. Em Nova Almeida, encontramos a utilização pelo poder civil, quando são instaladas no interior da residência a Casa de Câmara e Cadeia (NAJJAR, 2011). Destaca-se também a readequação do prédio para servir como local de pouso para viajantes ilustres durante o século XIX.

Sobre a ocupação do edifício após a expulsão dos jesuítas, encontramos um cenário que beirava ao abandono no que tange à manutenção do prédio, no qual recursos para tal finalidade eram escassos e lentos para atuarem sob os problemas. O prédio que foi construído inspirado pela ideia de permanecer em pé “enquanto o mundo durar”, era vítima da gradual destruição pela ação do tempo e pelo desinteresse da administração provincial, que hora ou outra, lapidava o patrimônio de peças litúrgicas da igreja (CARVALHO, 1982).

Não obstante, cabe aqui relatarmos brevemente sobre a situação dos índios residentes da antiga missão da Aldeia de Reis Magos, elevada para vila de Nova Almeida na década de 50 do século XIX (LIVRO TOMBO, 1945, p. 11). Sessenta anos após a expulsão dos jesuítas sustentava o número de 52% da população indígena do Espírito Santo, sendo possivelmente uma das mais antigas e populosas do Brasil (MOREIRA, 2017).

É importante ponderarmos que aos índios aldeados em Reis Magos fora concedida uma sesmaria de grandes proporções, conforme assegura o alvará de 8/5/1758 (LIVRO TOMBO, 1945, p. 11-12), garantido, a plena liberdade indígena, possibilitando também o comércio, o direito de possuir bens e de administrar suas famílias. No entanto, ao longo do século XIX a população residente na vila de Nova Almeida sofreu “um contínuo processo de usurpação de suas terras, o qual afetou profundamente a reprodução social do grupo” (MOREIRA, 2002 p. 164).

Esse último momento, compreendendo até os nossos dias, é evidenciado pelos processos de transformações no edifício jesuítico para atender às demandas dos novos usos políticos e civil, responsáveis por acelerar o processo de degradação do prédio ao longo do século XIX. A apropriação do prédio também traz novas interpretações sobre a figura do índio na vila de Nova Almeida, que acaba por sofrer um processo de marginalização e perda de terras garantidas por lei.

Considerações Finais

Buscamos, aqui, inicialmente, evidenciar o processo de ocupação da Costa Brasileira, dividida em capitanias hereditárias, replicando o modelo de sucesso empregado nos arquipélagos atlânticos, visto a necessidade de defesas das possessões de Portugal no Novo Mundo, atentando-se para as peculiaridades da capitania do Espírito Santo e das dificuldades enfrentadas pelo experiente comerciante Vasco Fernandes Coutinho.

Em seguida, foi necessária uma reflexão sobre a presença dos jesuítas em terras capixabas, contemplando o projeto de conversão das nações indígenas, ao mesmo tempo que era preciso atender às necessidades dos colonos portugueses. Os contrastes foram inevitáveis, havendo críticas sobre a presença e modo de trabalho dos jesuítas, resultando na manutenção dos aldeamentos indígenas distantes dos centros urbanos.

Por fim, foram analisados os quatro momentos apresentados por Rosana Najjar na tentativa de compreender o processo de ocupação dos jesuítas, ao mesmo tempo que procuramos refletir a partir das fontes históricas e trabalhos da área, como foi o caso do Aldeamento dos Reis Magos. Os momentos empregados por Najjar nos fornecem um panorama fundamental para compreensão do modelo de ocupação jesuíta no Espírito Santo, sendo ponto de partida para uma reflexão sobre a mutualidade do conjunto de relações sociais, políticas e econômicas dos jesuítas. Esse envolvimento pode ser sucintamente explicado por Maria Regina, ao comentar o processo de estabelecimentos dos jesuítas no Brasil:

Os jesuítas se estabeleceram na colônia, fundaram colégios, criaram aldeias, fazenda e envolveram-se em diversas atividades econômicas através das quais construíram considerável patrimônio. Para isso, exploraram o trabalho dos índios (aldeados e escravos) e dos escravos negros. Não abriram mão do poder temporal e da coerção física, mas a isso aliaram a práticas de adaptações e tolerância aos costumes das populações locais o que lhe valeu grandes ganhos [...] (ALMEIDA, 2010 p. 90)

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Cartas Avulsas, 1550-1568* (Vol. II). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.
- ALMEIDA, M. R. C. D. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil colonial*. Brasília: IPHAN/MONUMENTA, 2006.
- CARVALHO, J. A. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- COSTA, Lúcio. *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. São Paulo: ARS, vol.8. no.16, Texto originalmente publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 105-169, 1941.
- CUNHA, Maria. *Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos confrontos e encontros*. 2015. 331p. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais) - Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2015.
- DOCUMENTOS Históricos. *Provimentos Seculares e Eclesiásticos, 1559-1577*. Vol. XXXVI. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1937, p.277-284.
- GHIDETTI, Gabriel . *Indígenas na Capitania do Espírito Santo: representação e resistência dos nativos frente aos homens globais*. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est , v. VI, p., 2017.
- HUE, Sheila. (Trad. Introd. e notas) *Primeiras Cartas do Brasil 1551-1555*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. pp. 57-64.
- LEITE, S. J. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia), com introdução e notas históricas e críticas*. Coimbra: Acta Universalis Conimbrigensis, 1955.

Livro tomo da vila de Nova Almeida. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

MOREIRA, V. M. L. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. *Dimensões: Revista de História Ufes*, n. 14, p. p. 151-168, 2002.

MOREIRA, V. M. L. *Espírito Santo Indígena: Conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

NAJJAR, R. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, jan.-abr., p. p. 71-91, 2011.

NOGUEIRA, M. A.; ALESSANDRA; AVANCINI; LEILA. *A utilização da cal conchífera em monumentos históricos no Espírito Santo*. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

OLIVEIRA, J. T. D. *História do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Sobre o autor

Henrique Sepulchro Furtado, professor, mestrando, IFES. E-mail para contato: sepulchro@live.com